

O QUE MUDA COM A CONSTITUIÇÃO

Houve um momento em que tudo parecia definido: o Brasil teria regime parlamentar e mandato presidencial de quatro anos. Deu o contrário. Já os militares garantiram seu espaço

Regime mistura com mandato e polemiza

REJANE DE OLIVEIRA
Editoria de Política

Presidencialismo ou parlamentarismo? Esta foi uma questão que dividiu os constituintes em dois grandes blocos, desde a fase das subcomissões até a decisão final em plenário. Nem a explosiva reforma agrária — que saiu por acordo pelo menos em uma etapa, a da Comissão de Sistematização — polarizou tanto os debates. Da primeira à última fase da Constituinte, as decisões sobre o regime de Governo foram tomadas sempre pelo voto, sob prognósticos os mais desencontrados. Neste campo, a matéria só encontrou rival no dispositivo que definia a duração do mandato do presidente Sarney.

Aliás, essas duas questões — mandato e regime — sempre andaram juntas na Constituinte, principalmente depois que Sarney foi à televisão "abrir mão" de um dos seis anos de governo que a atual Constituição lhe conferia e defender a manu-

tenção do presidencialismo. O Planalto via no movimento parlamentarismo uma manobra da Oposição com o objetivo de cortar os poderes concentrados na Presidência da República, dividindo-os com um primeiro-ministro indicado pelo PMDB.

Em parte, este raciocínio tinha fundamento, mas só em parte. Embora engrossado por opositoristas sem maiores comissões promissas com o aspecto doutrinário da questão, o movimento parlamentarista teve em seu núcleo algumas dezenas de constituintes sinceramente convencidos da eficácia deste regime. Dispostos, inclusive, a fazer concessões em relação a outros temas — o tamanho do mandato, por exemplo — apenas para assegurar o novo sistema. Afonso Arinos, Nelson Carneiro, Egídio Ferreira Lima, Israel Pinheiro Filho e Sandra Cavalcanti foram alguns dos integrantes deste núcleo inicial, mas tarde engrossado pelos ilherados do senador Mário Co-

A VISÃO DE DERROTADOS E VITORIOSOS



Deputada Sandra Cavalcanti, parlamentarista:

...A rejeição do parlamentarismo foi a derrota mais grave que sofremos na Constituinte. Impedindo o Brasil de acertar o passo com o mundo moderno. Este regime teria dado ao País um sistema de Governo capaz de pôr em prática todas as conquistas aprovadas pela Constituinte nas outras áreas. Já que o grande adversário dos avanços sociais foi justamente o presidencialismo imperial. Ele mantém o conservadorismo que impede a arrancada do País.

Tenho certeza, contudo, de que a população decidirá pela implantação do parlamentarismo no plebiscito marcado para 1993. Já no início do próximo ano, instalaremos um comitê político para começar a conscientizar o eleitorado sobre as vantagens deste regime, de forma a que ele tenha condições de compará-lo com o presidencialismo e perceber que este último é fonte de permanentes crises institucionais.

Na rápida campanha que precedeu a votação do sistema de Governo pela Constituinte, já foi possível observar a receptividade da população à idéia parlamentarista. Muitos de meus eleitores vieram me manifestar simpatia pela causa até sem saber direito do que se tratava. O raciocínio deles era o seguinte: "se o parlamentarismo é bom para as grandes democracias ocidentais, tem que ser bom para o Brasil".



Senador Humberto Lucena, autor da emenda presidencialista aprovada pelo plenário:

"A vitória do presidencialismo correspondeu não apenas à tradição republicana brasileira, mas sobretudo ao grande anseio popular pela eleição direta do Presidente da República. Só lamento que a nossa emenda tenha sido desfigurada, na medida em que a Assembleia Nacional Constituinte, por um equívoco, suprimiu o dispositivo que previa a apresentação de voto de censura contra ministros de Estado, um mecanismo que serviria para fortalecer o Poder Legislativo brasileiro.

Apesar disso, não há dúvida de que o prestígio do Legislativo foi bastante ampliado pela Constituinte, ganhando o Congresso novas atribuições e todas as prerrogativas que perdura durante o regime militar. Desta forma, haverá um maior equilíbrio entre os Poderes da República, sem a atual preponderância do Executivo.



Ricardo Flúza (PFL-PE), presidencialista:

"O parlamentarismo terminará sendo implantado no Brasil porque uma grande parcela dos que votaram no presidencialismo — e eu me incluo entre eles — são intimamente parlamentaristas. Discordávamos era da oportunidade de instituir este regime agora.

Neste momento, o parlamentarismo não viria aprimorar a estrutura do País. Seria, ao contrário, um golpe da Constituinte para atender a interesses pessoais do doutor Ulysses Guimarães e do PMDB.

Como partido isoladamente majoritário, o PMDB não precisaria fazer coligações para compor o Governo, negando assim todo o espírito do regime de gabinete, que é baseado em alianças partidárias. Isto significa que teríamos o doutor Ulysses como primeiro-ministro, enquanto os demais ministérios seriam distribuídos apenas entre peemedebistas. Os outros partidos simplesmente não existiriam.

Para concluir, implantar o parlamentarismo agora seria um vergonhoso casuismo arquitetado pelos que tanto defendem eleições diretas no passado, e que agora só pensam em prorrogação de mandatos e na reeleição para cargos acima da própria lei".



Senador Fernando Henrique Cardoso, parlamentarista:

"A derrota do parlamentarismo significou a perda de uma grande oportunidade histórica pela Constituinte, pois este regime forçaria a uma modernização na estrutura do Estado e dotaria o Congresso Nacional de maior senso de responsabilidade. De qualquer forma, acho que a idéia vai voltar com toda força em 1993, quando será realizado um plebiscito em torno do regime de Governo. Esta é uma questão fundamental para o futuro da democracia no Brasil.

A implantação do parlamentarismo se justificaria, ainda, pelas outras decisões adotadas pela Constituinte, que descentralizou bastante os poderes da República. Para que esta descentralização realmente funcionasse, era preciso retirar o caráter imperial que tem hoje o Poder Executivo, dividindo a responsabilidade das decisões com o Congresso.

No lado do presidencialismo, a situação era mais ou menos parecida. Havia adeptos sinceros do atual sistema mas houve também os que só o defenderam por oportunismo político. O último grupo dividia-se em dois grandes blocos: de um lado, os constituintes ligados ao Palácio do Planalto e empenhados em evitar a redução dos poderes de Sarney; do outro, os pedetistas preocupados com a preservação dos futuros poderes de Leonel Brizola.

Em meio a tais divergências, a Constituinte oscilou constantemente em relação à matéria. Das subcomissões, saiu o chamado "neoparlamentarismo"; das comissões, um regime híbrido: da Sistematização, o parlamentarismo clássico; e finalmente no plenário, foi mantido o presidencialismo. Mas a polémica promete continuar acesa até 1993, quando a população será convocada a optar em plebiscito entre os dois sistemas.



Deputado Israel Pinheiro Filho, parlamentarista:

"Se a atual Constituição estivesse sob a égide do parlamentarismo, teríamos todas as condições para tirar o País da crise que estamos atravessando. Neste regime, a descentralização administrativa é plenamente eficiente, já que a fiscalização chega a todos os rincões do País através da participação da classe política nos diversos níveis de poder.

Por outro lado, a modernização da máquina administrativa, que é um dos pontos altos da nova Constituição e uma das maiores aspirações populares, só terá efeito dentro do sistema participativo propiciado pelo parlamentarismo.

Felizmente, numa sábia decisão, a Constituinte convocou um plebiscito para que a população escolha o seu regime de Governo, daqui a cinco anos. Os Constituintes reconheceram que a nova Carta, de tão inovadora, naturalmente incorrerá em distorções que serão corrigidas na próxima reforma constitucional, prevista para o mesmo ano do plebiscito. Assim, a sociedade terá a oportunidade de comparar os dois regimes e terminará optando — tenho plena convicção — pelo parlamentarismo, que é a forma mais avançada de Governo democrático".



Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), presidencialista:

"Durante vinte anos, o País esteve amarrado pelo regime militar e a luta pela ruptura deste regime teve como ponto crucial a defesa de eleições diretas para a Presidência da República. O presidencialismo vem justamente atender a esta aspiração do povo brasileiro, a aspiração de escolher pelo voto o seu governante máximo.

No presidencialismo, os cidadãos se sentem responsáveis pelo Governo, pois contribuíram com seu voto para elegê-lo.

Por outro lado, a Constituinte alterou toda a estrutura do Estado brasileiro, possibilitando o equilíbrio efetivo entre os Poderes da República. Com isto, o próprio presidencialismo sofrerá profundas modificações, na medida em que o presidente deixa de concentrar poderes excessivos, passando a dividir-os com o Congresso e o próprio Judiciário.



Reunião do Alto Comando: mesmo sem pressionar, os militares se fizeram ouvir e foram atendidos

JOÃO EMILIO FALCÃO
Da Editoria de Política

As Forças Armadas Ingressaram na nova Constituição mais prestigiadas do que antes. Não porque seus poderes tenham sido aplaudidos e sim porque os manteve sem imposição, obtenção do reconhecimento político após superar antagonismos históricos.

O êxito, lógico, dependeu de inúmeros fatores. O principal, no entanto, foi o convencimento dos constituintes de que os militares tinham, como eles, um compromisso com a transição democrática. Os ministros militares e seus assessores parlamentares foram extraordinários nesse trabalho.

Enquanto os ministros militares reuniam-se, até socialmente, com líderes políticos para discutir o tema, suas assessorias parlamentares mantinham, diuturnamente, um trabalho de convencimento, de trocas de idéias. Foram quebrando o gelo, estabelecendo relações e conquistando espaço, a ponto de serem tão importantes, no processo, como os próprios ministros militares, que autorizaram o acesso de parlamentares a informações e órgãos reservados.

Vencida essa etapa, haveria, na prática, só uma outra capaz de tumultuar o relacionamento entre os militares e a Constituinte: a anistia, ampla, geral e irrestrita. Por acordo tácito, houve, de início, apenas escaramuças, ficando o confronto para depois.

As Forças Armadas estiveram em posição delicada quando seus ministros começaram a se pronunciar sobre temas de natureza política. Havia uma fraqueza do Governo na Constituinte e os ministros tiveram de ocupar o espaço, sob alegação de que ocupavam cargos políticos. Foi uma situação delicada,

resolvida sem maiores desgastes.

Os ministros, que tiveram sempre bons intérpretes no presidente Ulysses Guimarães e no relator Bernardo Cabral, foram importantíssimos em relação ao mandato do presidente da República e ao sistema de governo, mas perderam em quase todo o resto. Suas observações sobre a ordem social e a econômica pouco afetaram a Constituinte, que manteve sua soberania.

Nenhum deles, porém considerou-se ofendido. Nenhum deles ameaçou a Constituinte. Com isso as vivandieiras, que não apenas políticas, compreenderam que os quartéis não sustentariam seus interesses e melhorou o relacionamento entre políticos e militares.

A questão mais delicada foi, durante todo o tempo, a da anistia. Envolveu aspectos ideológicos, financeiros e políticos. Algumas versões — como a do tenente da Aeronáutica que não cumpria a ordem de derrubar o avião do presidente Goulart — despertavam simpatias.

Com a mesma organização militar, os defensores da anistia eram, quase sempre, os primeiros a chegar e tinham, no café da Câmara, seu quartel-general. Não houve parlamentar a quem não abordessem. Não houve jornalista com poder de opinar que não fosse procurado. Tentaram, alguns, o método da intimidação, das agressões etc.

As assessorias militares foram, novamente, importantes no corpo a corpo, onde se depa-raram, quase frontalmente, com os defensores da anistia. Foram importantes, não decisi-

vos porque esta glória cabe ao ministro da Marinha, Henrique Saboya, em sucessivas declarações sobre o espírito de sua tropa e as dificuldades financeiras, e ao discurso final em que, superando o senador Mário Co-

vas, Passarinho venceu o plenário de que já havia sido concedida anistia ampla, geral e irrestrita.

Militar ganha sem impor

Revisão já tem até data: virá em 93

Correção

ANISTIA

TEMAS POLITICOS

REVISÃO

Apesar de satisfeitos com os resultados das votações, os parlamentares já fazem planos em torno do que gostariam de modificar no texto, na revisão prevista para 1993. O deputado José Genoíno, certo de que ainda estará no Congresso, avisa que vai apresentar várias emendas constitucionais e atuar fortemente na revisão. "Quero alterar o texto da reforma agrária, acabar com a tutela militar e modificar o Poder Judiciário, que ficou praticamente intocado", Genoíno reconhece que mesmo sendo minoria, a esquerda teve uma atuação marcante e aposta que a tendência desse grupo é aumentar a sua

força. "Com uma boa revisão, a Constituição chega ao ano 2000".

O deputado Delfim Netto, por sua vez, inúmeras vezes mostrou-se descontente com as decisões da Constituinte na área econômica. Ele teme que alguns dispositivos aprovados passem para o mundo uma imagem "de que somos um bando de imbecis". O deputado cita particularmente a questão da limitação dos juros em 12 por cento ao ano, que classifica de "ridícula e inocua". No opinião de Delfim, os direitos sociais aprovados pela Constituinte resistirão ao tempo, pois são "um grande avanço". O mesmo, porém, não acontecerá com boa parte dos artigos econômicos. "Na revisão que faremos em 1993, muitos deles cairão. Com mais lucidez, daqui a cinco anos, vamos nos sentar e passar uma borracha em todas essas bobagens", propôs. "Assim, a nova Constituição vai durar para sempre", afirmou.

O líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA) é outro que propõe mudanças dentro de alguns anos. Ele considera que a Constituinte teve múltiplos aspectos positivos, mas lamenta o fato de os latifundiários, os militares e os donos de cartórios "não terem perdido nada". Lima entende que "houve diversos avanços em relação à atual Constituição", mas não se conforma, por exemplo, com a aprovação do presidencialismo, com a inviabilidade da reforma agrária e com a falta de uma posição firme no tocante à dívida externa.

mesmo considerando a proposta de revisão interessante, o deputado Vivaldo Barbosa classificou de "infeliz" a data escolhida para tanto. "Estaremos do meio para o fim dos mandatos dos senadores, deputados e presidente da República. O ideal seria fazer isto no início dos mandatos, após 1994", sugeriu. Ao contrário de outros parlamentares, Vivaldo acredita que pouca coisa será modificada durante essa revisão. "O texto ora aprovado não vai ser caracterizado. Apenas algumas questões mal resolvidas entrarão em pauta. E o caso, por exemplo, da reforma agrária e do sistema de Governo", arri-

cou.



Cunha Bueno: voz isolada pela volta da monarquia